



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023

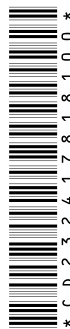
(Da Sra. Dra. Alessandra Haber)

Solicita informações ao Ministro do Trabalho e Emprego, Senhor Luiz Marinho, referentes às declarações feitas contra a oferta de mototáxi por aplicativos em grandes cidades.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro a V. Exa. sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro Luiz Marinho, para que esclareça questões sobre:

- Maiores detalhes acerca das declarações sobre a contrariedade da oferta de serviço de mototáxi, por aplicativo, em grandes cidades brasileiras.
- Maiores esclarecimentos acerca da possibilidade de alternativas de transportes seguros para a população de grandes cidades brasileiras.
- Maiores detalhes no sentido de regulamentar a proteção social dos mototaxistas que trabalham por meio das plataformas de aplicativo.
- Maiores detalhes no sentido de regulamentar a proteção dos usuários do serviço de mototaxistas realizado por meio das plataformas de aplicativo.
- Maiores esclarecimentos acerca da possibilidade da saída do País das plataformas de aplicativos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista as declarações do Ministro do Trabalho e Emprego, amplamente veiculados nas mídias tradicionais e nas redes sociais, mostrando a contrariedade ao serviço de transporte de pessoas em mototáxis em grandes cidades, realizado por meio de plataformas de aplicativos, necessário faz-se esclarecer essas declarações para que, tanto os consumidores, os mototaxistas, as plataformas de aplicativos, as prefeituras, o governo federal possam dialogar juntamente ao Congresso Nacional, procurando alternativas para que o trabalhador seja resguardado em sua integridade, com os direitos trabalhistas e sociais, além da segurança física dos mototaxistas e dos usuários do serviço.

Sendo assim, torna-se importante entender como o legislador pode contribuir para a elaboração de projetos de lei ou de outras proposições legislativas, para que sejam escutadas as partes envolvidas, procurando levar à sociedade soluções corretas e não danosas, ou seja, por meio de leis efetivas e regulamentadas possam ser protegidos os direitos dos trabalhadores e, também, dos usuários, mantendo a economia estável e permitindo que as plataformas de aplicativos continuem no País.

Diante dos fatos apresentados, e sendo a fiscalização uma das funções do legislador, o encaminhamento desse Requerimento de Informações é para sanar dúvidas, a fim de se assegurar a efetividade das leis e esclarecer a sociedade de forma eficiente e transparente.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2023

Deputada Federal Dra. Alessandra Haber

MDB/PA

